

Câmara de Vereadores de Pombos

Casa Cônego Estanislau Laurentino

Av. Joaquim Falcão, 44 – Fone/Fax: (0**81) 3536-1254 - Pombos – PE

CNPJ: 11.511.862/0001-03

LEI MUNICIPAL nº 690/2007

EMENTA: Dispõe sobre alterações de redação e revogação de Artigos, Parágrafos e Incisos da Lei Municipal Nº 673, de 23 de dezembro de 2005, e dá outras Providências.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Pombos – Pernambuco, no uso de suas atribuições, promulga a seguinte Lei:

CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE POMBOS - PE.

TÍTULO VI DAS TAXAS

CAPÍTULO II DAS TAXASDECORRENTES DO PODER PÚBLICO

SEÇÃO III

TAXA DE LINCENÇA PARA VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE E PPROPAGANDA

Art. 1° - O Art. 150 da Lei n° 673/2005 passa a ter a seguinte redação:

A Taxa de Licença para Veiculação de Propaganda tem por hipótese de incidência o Exercício do Poder de Polícia Administrativa com vista à permissão para os seguintes tipos de propaganda:

 Placas, Painéis ou Outdoors suspensos, afixados em estruturas de madeiras, cimentos ou ferros, luminosos ou não.

II – Revogado.

Parágrafo Único: Revogado.

Chrend



Câmara de Vereadores de Pombos

Casa Cônego Estanislau Laurentino

Av. Joaquim Falcão, 44 – Fone/Fax: (0**81) 3536-1254 - Pombos – PE

CNPJ: 11.511.862/0001-03

Art. 2º - O Art. 151 passa a ter a seguinte redação:

É passivo da taxa de licença para veiculação de propaganda a que se refere o artigo anterior, a pessoa física ou jurídica, direta ou indiretamente interessada.

Art. 3º - O Art. 152 passa a ter a seguinte redação:

O requerimento para obtenção da licença para instalação de placas, painéis ou outdoors, deverá ser instruído com a descrição da posição, da altura e dos dizeres contidos.

Parágrafo Único: Quando o local da instalação da propaganda não for de propriedade do requerente, este deverá acostar ao requerimento autorização do proprietário do imóvel.

Art. 4º - O Art. 153 passa a ter a seguinte redação:

Fica o anunciante obrigado a colocar na placa, painel ou outdoor, o número de identificação fornecido pela Prefeitura deste Município.

I – A pessoa física ou jurídica que obter a licença para a propaganda descrita nesta Lei, será responsável pelas despesas com instalação, conservação, manutenção, consumo de energia, integridade física dos transeuntes, pagamento de tributos e quaisquer danos causados a terceiros.

Art. 5° - Esta Lei entra em vigor a partir de 1° de janeiro de 2008.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 05 de novembro de 2007

Cleide Jane Sudário Oliveira

Presidente

Severino Genaro Felix de Almeida

1º Secretário

José Roberto dos Santos

Vice-Presidente

Luiz Felipe Ferreira

2º Secretário